

SUMÁRIO

Capítulo 1 ► HISTÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	21
1.1. Origem histórica	21
1.2. Origem do Ministério Público brasileiro	24
1.3. O Ministério Público nas Constituições brasileiras	25
1.4. Surgimento do Ministério Público na defesa da democracia – a Constituição Cidadã	28
Capítulo 2 ► MINISTÉRIO PÚBLICO NA CF/88	31
2.1. Disposições Gerais sobre o Ministério Público na CF/88	31
2.1.1. Conceito do Ministério Público	31
2.1.2. Atribuições do Ministério Público	32
2.1.2.1. Defesa do regime democrático	32
2.2. Princípios Institucionais	37
2.2.1. Princípio da unidade	37
2.2.2. Princípio da indivisibilidade	39
2.2.3. Princípio da independência funcional	40
2.2.3.1. Tensão entre o princípio da unidade e da independência funcional	43
2.2.4. Princípio do promotor natural	45
2.3. Da autonomia administrativa e financeira	50
2.3.1. Autonomia funcional	50
2.3.2. Autonomia administrativa e financeira	51
2.4. Os Ministérios Públicos na CF/88	57
2.4.1. Procurador-Geral da República e Procuradores-Gerais dos Estados	58
2.5. As garantias constitucionais	62
2.5.1. Da vitaliciedade	63
2.5.1.1. Cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público	66
2.5.2. Da inamovibilidade	67

2.5.3.	Da irredutibilidade de subsídios.....	68
2.5.4.	Foro por prerrogativa de função	70
2.5.5.	Critério de competência na qualidade de membro do Ministério Público.....	73
2.6.	Das vedações constitucionais	74
2.6.1.	Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.....	74
2.6.2.	Exercício da advocacia.....	75
2.6.3.	Participação em sociedade empresarial.....	77
2.6.4.	Atividade político-partidária	77
2.6.5.	Exercício de outras funções.....	82
2.6.6.	Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.....	86
2.7.	Das funções Institucionais e instrumento de atuação.....	88
2.7.1.	Promoção privativa da ação penal pública	88
2.7.1.1.	Princípio da Obrigatoriedade da ação penal e sua mitigação.....	89
2.7.2.	Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes e dos serviços de relevância pública	97
2.7.3.	Do inquérito civil e da ação civil pública	98
2.7.3.1.	Autocomposição.....	122
2.7.3.2.	Ministério Público e o design de sistema de disputas (DSD).....	124
2.7.3.3.	Acordo na ação de improbidade administrativa	125
2.7.3.4.	Transação administrativa disciplinar.....	129
2.7.3.5.	Instrumentos de atuação extrajudiciais prévios ao inquérito civil: notícia de fato e procedimento preparatório.....	131
2.7.3.6.	Procedimento Administrativo	133
2.7.4.	Da ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados	134
2.7.5.	Da defesa indígena	134
2.7.6.	Das notificações e requisições	137
2.7.7.	Do controle externo da atividade policial (previsão constitucional).....	146
2.7.8.	Da requisição de diligências e do poder de investigatório do MP.....	146
2.7.8.1.	Investigação criminal pelo Ministério Público.....	148
2.7.8.1.1.	Investigação financeira autônoma.....	153
2.7.8.2.	Acordo de não persecução penal.....	153
2.7.9.	Da fundamentação das manifestações ministeriais	158

2.7.10.	Outras funções	159
2.7.10.1.	Atestado de Miserabilidade	160
2.7.10.2.	Legitimidade para ação civil ex delicto	160
2.7.11.	O alinhamento constitucional do Ministério Público no Novo Código de Processo Civil.....	161
2.7.11.1.	Hipóteses de intervenção do Ministério Público no Processo Civil.....	166
2.7.11.1.1.	Intervenção nas ações conexas.....	169
2.7.11.1.2.	Intervenção nos Conflitos de Competência	169
2.7.11.1.3.	Intervenção no Registro Público	169
2.7.11.1.4.	Intervenção nas Ações de Anulação de Negócio Jurídico	170
2.7.11.1.5.	Intervenção em Ação Popular.....	170
2.7.11.1.6.	Intervenção em Ação de Usucapião	171
2.7.11.1.7.	Intervenção nos Mandados de Segurança	171
2.7.11.1.8.	Intervenção em Ações Rescisória	172
2.7.11.1.9.	Intervenção em Ações de Família	173
2.7.11.1.10.	Intervenção nos processos de Jurisdicional Voluntária	173
2.7.11.1.11.	Intervenção no Processo Falimentar	174
2.7.11.1.12.	Intervenção nos Processos para Avaliação de Rendas e Prejuízos Decorrentes Autorização para pesquisa Mineral	177
2.7.11.1.13.	Intervenção nas Ações decorrentes de acidente do trabalho.....	177
2.7.11.1.14.	Intervenção em processos que envolve a Fazenda Pública	178
2.7.11.1.15.	Intervenção em processos Ações de Desapropriação de Imóvel Rural para Reforma Agrária	178
2.7.11.1.16.	Intervenção do Ministério Público no incidente de assunção de competência e na reclamação.....	179
2.7.11.1.17.	Incidente de Resolução de demanda repetitiva	180
2.7.11.1.18.	Intervenção do Ministério Público em ações do CADE	180
2.7.11.1.19.	Intervenção no incidente de desconsideração da personalidade jurídica	181
2.7.12.	Ministério Público: Ombudsman e o atendimento ao público.....	181
2.7.13.	Poder de Agenda do Ministério Público.....	185
2.7.14.	As convenções processuais e o Ministério Público.....	186

2.7.15.	O Ministério Público e a fiscalização do terceiro setor	188
2.7.16.	Audiência de custódia no Ministério Público	188
2.7.17.	Ministério Público e a proteção integral às vítimas	191
2.7.18.	Ministério Público e os portadores de necessidades especiais .	197
2.7.19.	Ministério Público e as pessoas em situação de rua	199
2.7.20.	Ministério Público e o velamento com as Fundações de Direito Privado	200
2.7.21.	Ministério Público e Políticas Públicas.....	202
2.7.21.1.	Ministério Público e a tutela coletiva das políticas públicas de segurança pública	206
2.7.21.2.	Ministério Público e a tutela coletiva das políticas públicas da execução penal	207
2.7.22.	Ministério Público e os processos coletivos estruturais.....	209
2.7.23.	Tutela de Saúde Pública e Ministério Público	211
2.7.24.	Ministério Público e a tutela da educação	212
2.8.	Da residência na Comarca e o promotor de justiça <i>ad hoc</i>	214
2.8.1.	Teletrabalho para membros do Ministério Público.....	216
2.9.	Do ingresso na carreira	217
2.10.	Ministério Público Demandista versus Ministério Público Resolutivo.....	222
2.11.	Responsabilidade dos membros do Ministério Público.....	223
2.12.	O Quinto Constitucional	226
2.13.	O Ministério Público no Tribunal de Contas.....	229
2.13.1.	Da previsão constitucional	229
2.13.2.	Disposições do Ministério Público no Tribunal de Contas na Lei nº 8.443/92.....	230
2.13.3.	Competência dos membros do Ministério Público de Contas.....	230
2.14.	O Ministério Público nos tratados internacionais.....	231
2.14.1.	O Ministério Público e o Estatuto de Roma	232
2.14.2.	O Ministério Público e o Controle de convencionalidade.....	235
2.15.	Código de Ética do Ministério Público	238
Capítulo 3 ▶	DISPOSIÇÕES GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	241
3.1.	Das disposições gerais.....	241
3.1.1.	Da definição, dos princípios e das funções institucionais.....	241
3.1.2.	Dos Instrumentos de Atuação.....	241
3.1.2.1.	Ações constitucionais: ADIN, ADIN por omissão, ADPF e Representação por Intervenção.....	242
3.1.2.2.	Mandado de injunção.....	243
3.1.2.3.	Ação visando cancelamento de naturalização	246
3.1.2.4.	Recomendações.....	247
3.1.2.5.	Outras funções	249
3.1.3.	Do controle externo da atividade policial	251

3.1.4.	Da defesa dos direitos constitucionais	256
3.1.5.	Das garantias e das prerrogativas	258
3.1.6.	Da autonomia do Ministério Público	261
3.1.7.	Da estrutura	262
3.1.8.	Do Procurador-Geral da República	262
3.1.9.	Do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União.....	264
3.1.10.	Das carreiras.....	265
3.1.11.	Dos serviços auxiliares	265
3.2.	Das disposições estatutárias especiais	265
3.2.1.	Da carreira	265
3.2.1.1.	Do provimento.....	266
3.2.1.2.	Do concurso	266
3.2.1.3.	Da posse e do exercício	267
3.2.1.4.	Do Estágio Probatório.....	268
3.2.1.5.	Das promoções	269
3.2.1.6.	Dos afastamentos	270
3.2.1.7.	Da reintegração	271
3.2.2.	Dos direitos.....	272
3.2.2.1.	Da vitaliciedade e da inamovibilidade	272
3.2.2.2.	Das designações	273
3.2.2.3.	Das Férias e Licenças.....	274
3.2.2.4.	Dos subsídios.....	277
3.2.2.5.	Da aposentadoria e da pensão	281
3.2.3.	Da disciplina.....	282
3.2.3.1.	Dos deveres e vedações	282
3.2.3.2.	Dos impedimentos e suspeições.....	283
3.2.3.3.	Das sanções	286
3.2.3.4.	Das prescrições.....	289
3.2.3.5.	Da sindicância	290
3.2.3.6.	Do inquérito administrativo	290
3.2.3.7.	Do processo administrativo	291
3.2.3.8.	Da revisão do processo administrativo	295
3.2.3.9.	Da comunicação de instâncias	295
Capítulo 4 ▶	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....	297
4.1.	Do Ministério Público Federal	297
4.1.1.	Competência, dos órgãos e da carreira	297
4.1.2.	Da chefia do Ministério Público Federal.....	304
4.1.3.	Do Colégio de Procuradores da República	305
4.1.4.	Do Conselho Superior do Ministério Público Federal	306

4.1.5.	Das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal	306
4.1.6.	Da Corregedoria do Ministério Público Federal	307
4.1.7.	Dos Subprocuradores-Gerais da República	307
4.1.8.	Dos Procuradores Regionais da República	308
4.1.9.	Dos Procuradores da República	308
4.1.10.	Das unidades de lotação e de administração	308
Capítulo 5 ▶	DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	309
5.1.	Ministério Público Eleitoral	309
5.2.	Das Funções Eleitorais do Ministério Público Eleitoral	309
5.3.	Resolução nº 30 do CNMP – Designação de Promotores de Justiças Estaduais	313
5.4.	Identificação das atribuições dos Promotores Eleitorais	314
5.5.	O Ministério Público Eleitoral e os crimes previstos no Código Eleitoral	315
5.6.	Competência para julgamento de crime eleitoral contra Promotor de Justiça	316
5.7.	Intimação do Promotor de Justiça nos feitos eleitorais	317
Capítulo 6 ▶	DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	319
6.1.	Ministério Público dos Estados	319
6.1.1.	Das disposições gerais	319
6.1.2.	Da Organização do Ministério Público	320
6.1.2.1.	Dos Órgãos de Administração	320
6.1.2.2.	Dos Órgãos de Execução	320
6.1.2.3.	Dos Órgãos Auxiliares	321
6.1.3.	Dos Órgãos de Administração	321
6.1.3.1.	Da Procuradoria-Geral de Justiça	321
6.1.3.1.1.	Conflito de Atribuições	324
6.1.3.2.	Do Colégio de Procuradores de Justiça	328
6.1.3.3.	Do Conselho Superior do Ministério Público	328
6.1.3.4.	Da Corregedoria-Geral do Ministério Público	329
6.1.3.4.1.	Da Fiscalização do Procurador-Geral de Justiça pelo Corregedor-Geral	330
6.1.3.5.	Das Procuradorias de Justiça	331
6.1.3.6.	Das Promotorias de Justiça	331
6.1.4.	Das Funções dos Órgãos de Execução	332
6.1.4.1.	Das Funções Gerais	332
6.1.4.1.1.	Audiências Públicas	335
6.1.4.2.	Do Procurador-Geral de Justiça	337
6.1.4.3.	Do Conselho Superior do Ministério Público	341

6.1.4.4.	Dos Procuradores de Justiça	342
6.1.4.5.	Dos Promotores de Justiça	344
6.1.5.	Dos Órgãos Auxiliares.....	346
6.1.5.1.	Dos Centros de Apoio Operacional	346
6.1.5.2.	Da Comissão de Concurso	346
6.1.5.3.	Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional ...	346
6.1.5.4.	Dos Órgãos de Apoio Administrativo.....	347
6.1.5.5.	Dos Estagiários.....	347
6.1.6.	Das Garantias e Prerrogativas dos Membros do Ministério Público.....	349
6.1.7.	Dos Deveres e Vedações dos Membros do Ministério Público ...	357
6.1.8.	Dos Subsídios e Direitos	357
6.1.9.	Da Carreira.....	361
6.1.9.1.	Do concurso público	361
6.1.9.2.	Do regime de remoção e promoção.....	365
6.1.9.3.	Da convocação, reintegração, reversão e do aproveitamento.....	367
6.2.	Ministério Público do Distrito Federal	368
6.2.1.	Da Competência, dos Órgãos e da Carreira.....	368
6.2.2.	Do Procurador-Geral de Justiça	369
6.2.3.	Do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça.....	370
6.2.4.	Do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	370
6.2.5.	Das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	371
6.2.6.	Da Corregedoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	371
6.2.7.	Dos Procuradores de Justiça.....	372
6.2.8.	Dos Promotores de Justiça	372
6.2.9.	Dos Promotores de Justiça Adjuntos	372
6.2.10.	Das Unidades de Lotação e de Administração	372
Capítulo 7 ▶	DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	373
7.1.	Da Previsão Constitucional.....	373
7.1.1.	Natureza.....	373
7.1.2.	Composição.....	374
7.1.3.	Competência	377
REFERÊNCIAS		379